

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCMA Nº 2024/000026

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: IAN BLOIS PINHEIRO

EMENTA. FISCALIZAÇÃO. PESSOA FÍSICA. EXECUÇÃO DE ATIVIDADES CONTÁBEIS SEM REGISTRO PROFISSIONAL. FICHA PERFIL INDICANDO “GERAÇÃO DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS”. EQUIVALÊNCIA COM ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL. DEFESA TEMPESTIVA. ALEGAÇÕES DE INEXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO E LIMITAÇÃO DO INSTRUMENTO DE FISCALIZAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. INFRAÇÃO CONFIGURADA. PENALIDADE DE MULTA MANTIDA. AFASTAMENTO DA CENSURA PÚBLICA, POR SE TRATAR DE LEIGO. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE. 1. PROCESSO INSTAURADO PELO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2024/000026, LAVRADO EM 02/02/2024, EM RAZÃO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS SEM REGISTRO NO CRCMA. 2. DEFESA APRESENTADA TEMPESTIVAMENTE, ALEGANDO QUE A EXPRESSÃO “GERAÇÃO DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS” NÃO EQUIVALERIA A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E QUE A FICHA PERFIL NÃO PERMITIRIA DESCRIÇÃO ADEQUADA DAS ATIVIDADES. 3. ALEGAÇÕES REJEITADAS, VISTO QUE A TERMINOLOGIA UTILIZADA É TECNICAMENTE EQUIVALENTE À ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, ATIVIDADE PRIVATIVA DE PROFISSIONAL DEVIDAMENTE REGISTRADO. 4. RECONHECIDA A INFRAÇÃO AO ART. 12 DO DL Nº 9.295/46, C/C O CEPC (NBC PG 01) E RES. CFC Nº 1.707/2023. 5. EM PRIMEIRA INSTÂNCIA, APLICADA A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 5.630,00 (CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA REAIS) CUMULADA COM CENSURA PÚBLICA. 6. EM GRAU RECURSAL, RECONHECIDA A IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE CENSURA PÚBLICA A LEIGO, NÃO INSCRITO NO CONSELHO. 7. PENALIDADE DE MULTA MANTIDA; CENSURA PÚBLICA AFASTADA. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 5.630,00 (CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA REAIS) E AFASTANDO A PENA ÉTICA DE CENSURA PÚBLICA**, NOS TERMOS DO ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, ALÍNEAS “C” E “G” DO ART. 27 DO MESMO DIPLOMA, ITEM 20 DO CEPC (NBC PG 01), ARTS. 56 E 57 DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E RES. CFC Nº 1.709/2023. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 443ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 474ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 09/04/2025.